



Minuta da Acta nº 07/2011

	Presentes	Faltas	
		Justif.	N Justif.
Presidência CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS	P P P P P P P P P P		
Vereadores LEONOR COUTINHO PEREIRA DOS SANTOS			
MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA CABRAL			
ALÍPIO MARQUES MACALHÃES FERNANDES			
MIGUEL PINTO LUZ			
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO			
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA			
ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA			
MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO			
JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO			
NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES			

Observações: _____

Hora de Abertura: 9 horas e 35 minutos

1. Actas de reuniões Anteriores:

- Apresentação: - Acta nº 6/2011, de 9 Março.
- Aprovação: - Acta nº 5/2011, de 21 Fevereiro, que foi aprovada por unanimidade.

2. Balancete

Resumo Diário da Tesouraria nº 53 de 18 | 03 | 2011

Operações Orçamentais	€ 2.664.930,82
Operações Não Orçamentais	€ 1.389.223,28

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INÍCIO 9:35

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA iniciou os trabalhos começando por saudar a Sr.^a Vereadora Mariana Ribeiro Ferreira por ter sido eleita como Vice-Presidente do CDS/PP, com todo o significado que terá certamente para ela, mas também porque o Concelho de Cascais fica sempre mais enriquecido quanto mais os agentes políticos locais, seja de que partido forem, tiverem responsabilidades mais acrescidas a nível também dos seus próprios partidos. Não é querer reinventar o eixo Cascais-Lisboa, mas considera que é sempre importante ter esta capacidade de ver os nossos serem também reconhecidos a este nível, tanto mais que a imprensa dava ênfase aos pelouros que a Sr.^a Vereadora detém aqui na Câmara Municipal de Cascais e portanto também é uma forma do reconhecimento do extraordinário trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Sr.^a Vereadora aqui em Cascais. Aproveitava para dar conta também do início das comemorações do 50º Aniversário dos votos de sacerdócio do Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa cerimónia que teve lugar em Caparide e também das cerimónias do 50º Aniversário da Associação de Sant'Ana e da Associação da Juventude Salesiana do Estoril. Por fim, convidava os senhores vereadores a visitar a requalificação do sistema dunar do Guincho. Teve oportunidade de fazer uma visita acompanhado pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, no âmbito da campanha "Limpar Portugal", e pode verificar, in loco, que não só a questão da retenção das areias está a correr muito bem, como também o desenvolvimento do processo de implantação de passadeiras ao longo das dunas decorre a bom ritmo e não só vai melhorar os acessos à praia pelas pessoas, como permite conservar o sistema dunar.

A SR.^a VEREADORA ANA CLARA JUSTINO informou que se comemorou no passado Sábado os 50 anos da vida literária de Alice Vieira e que teve lugar no TEC, com a representação da peça "Leandro, Rei da Helíria", uma peça que Alice Vieira escreveu para o TEC e com o TEC em que, à medida em que iam decorrendo os ensaios, ia também sendo escrita a peça e é mais uma efeméride que teve lugar este fim de semana em Cascais e que é de salientar.

A SR.^a VEREADOR LEONOR COUTINHO referiu que, para além de todas as efemérides que nos honram e que se passam neste nosso território, pensa que não podemos ignorar o que se passa nos outros países, sobretudo um concelho como Cascais, que recebe tantos turistas e que tem tantas ligações internacionais e a esse nível gostaria de propor um minuto de silêncio pelo povo do Japão. Pensa que eles foram vítimas de algo que também nos pode atingir; sabemos que em 1755 Cascais foi atingido por algo semelhante e nesse sentido pensa que neste momento de grande perda e dor para o povo do Japão, Cascais deveria mostrar a solidariedade com aquele povo.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA concordou com a proposta da Sr.^a Vereadora e de imediato a Câmara Municipal de Cascais guardou um minuto de silêncio pelas vítimas da catástrofe ocorrida no Japão.

A SR.^a VEREADORA MARIANA RIBEIRO FERREIRA agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas pelo Senhor Presidente, mas considera que precisará mais de boa sorte do que de parabéns, face à situação que o país vive e na actual conjuntura é um compromisso e um desafio muito grande que qualquer pessoa que queira desempenhar funções políticas na actualidade tem que assumir. Aproveitava para anunciar que a partir de amanhã, dia 22 de Março, estará disponível o Portal "Cascais Voluntário" e que representa um passo importante para Cascais associando-se deste modo à Comemoração do Ano Europeu de Voluntariado na Cidadania Activa. O Portal está muito completo e nele podem identificar-se todas as instituições que precisam de voluntários, onde os jovens e todas as pessoas do nosso Concelho que queiram ser cidadãos e munícipes mais activos têm toda a informação disponível, onde se podem inscrever se naquela altura não encontrarem nenhum projecto com o qual se identifiquem e, sobretudo, promover o voluntariado noutras áreas que não só na acção social, mas também associá-lo à área do desporto, da cultura, do ambiente e a outras tantas áreas em que o trabalho voluntário é bem preciso.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA começou por felicitar a Sr.^a Vereadora Mariana Ribeiro Ferreira pelas novas funções que passa a exercer a nível partidário, fazendo votos de um bom desempenho atendendo até à conjuntura muito difícil que o país atravessa e que infelizmente está cada vez a ser mais agravada com cada palavra que se vai dizendo e ao ouvimos na comunicação social o que se diz, ficamos assustados com o desenrolar dos acontecimentos e com o problema que efectivamente advém e o comprometimento que efectivamente o nosso país já tem junto de Bruxelas e quase que podemos dizer que vendendo este país a Bruxelas. É lamentável toda esta situação política e deseja que o bom senso impere neste país. No que respeita aos assuntos que gostaria de colocar neste Período de Antes da Ordem do Dia, começava por se referir a uma situação que o Senhor Presidente até teve oportunidade de se pronunciar na comunicação social e que tem a ver com a redução dos horários dos comboios da Linha do Estoril. Realmente em vez de se resolver os problemas agravam-se ainda mais os problemas. Poder-se-ia inverter todo um tipo de situação se tivesse havido algum investimento e poderá existir algum investimento até na reconversão da própria linha. Já em tempos o Partido Comunista propôs que fosse alterada a tensão da catenária e propôs em determinada altura que efectivamente as composições tivessem dois andares por causa da saturação que as composições têm durante o dia, que isso poderia rebaixar até certo ponto as plataformas e portanto em vez de se ir para um caminho positivo vai-se exactamente pelo caminho negativo e de mais fácil resolução que é fechar. Quando hoje em dia se fala tanto do ambiente, o importante era criar condições para

que houvesse uma utilização mais alargada dos comboios e que depois até traria uma maior receita na exploração da linha. Mas o que se vê é exactamente o contrário. Outro assunto que gostaria de abordar tem que ver com os apoios sociais aos trabalhadores municipais. Apesar de nesta reunião ser apresentado o Balanço Social, nada se fala sobre os apoios sociais aos trabalhadores. Considera isso lamentável e é a única câmara na região que suspendeu os apoios sociais aos trabalhadores, visto que as outras câmaras vizinhas continuam a atribuir apoios sociais. Outra situação tem que ver com as notícias vindas a lume sobre a Boa Nova e gostaria de saber se o protocolo que existe com a Câmara por causa das quotas dos alunos está ou não a ser cumprido. Por último, sobre o IVA cobrado nas rendas das casas de habitação social, gostaria de ser esclarecido sobre esta situação.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES começou por felicitar a Sr.^a Vereadora Mariana Ribeiro Ferreira pela sua eleição para Vice-Presidente do seu partido, desejando-lhe os maiores sucessos, porque está certo que o seu sucesso será o sucesso também dos portugueses. Em segundo lugar, lembrava que já numa reunião anterior perguntou qual o ponto da situação sobre a redução do preço da água no âmbito do Fundo de Apoio às Famílias Carenciadas. Como agora há uma tarifa social para a energia eléctrica, seria oportuno ter um ponto da situação da execução desse Fundo, designadamente o número de famílias abrangidas, os montantes, etc.. Um terceiro ponto tem que ver com a Bandeira Azul. O Partido Socialista, através da Juventude Socialista, ano passado criticou a posição da Câmara ao não concorrer à atribuição da Bandeira Azul para as praias do Concelho. O argumento utilizado pela Câmara é de que se tratava de uma instituição privada, com critérios não discutidos nos fóruns correctos, mas este ano a Câmara decidiu voltar de novo a candidatar-se. O Partido Socialista gostaria de saber o que é que mudou, porque sabendo que entretanto estão a ser feitas obras importantes para travar a poluição das ribeiras, a pergunta que se pode colocar é se há relação entre estas obras que estão a ser realizadas para tentar minimizar o problema da poluição das ribeiras e a candidatura agora apresentada ou se há outras razões que levaram a que a Câmara tenha mudado de opinião -no seu entender bem, porque consideram que é importante que sejam atribuídas bandeiras azuis às praias do Concelho até porque são uma referência a nível internacional. Portanto gostariam de saber o que é que mudou, de modo a que as pessoas compreendam se o Partido Socialista tinha ou não razão quando criticou a posição tomada na altura por esta maioria.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que, sobre a questão da supressão de horários na Linha do Estoril, de facto a Câmara foi confrontada no dia imediatamente anterior à suspensão do horário de funcionamento do comboio até às 4:30, que funcionava às Sextas, Sábados e Domingos e que havia sido lançado com o intuito justamente de evitar que as pessoas que andam à noite a divertir-se depois se metam a conduzir com taxas elevadas de álcool no sangue, e em alternativa venham para casa de comboio e desse modo procurar

diminuir o número de acidentes na Estrada Marginal, e o mesmo se passava no que diz respeito à Linha de Sintra. De facto a supressão deste comboio não tem nenhuma justificação e ao que foi possível apurar também não teve a cobertura do ministério da tutela, terá sido uma decisão do Conselho de Administração da CP, sem comunicar rigorosamente nada às câmaras municipais de Cascais, Oeiras, Amadora ou Sintra. Ainda para mais com uma justificação que lhe parece ser absolutamente miserabilista que é para poupar € 75.000,00. Ora este valor por ano a dividir pelas duas linhas daria € 37.500,00, o que a dividir pelas câmaras envolvidas daria à volta de € 18.000,00, e não lhe parece que qualquer uma delas não pudesse suportar um custo desta natureza. Obviamente que houve uma reacção forte junto da Administração da CP, o que levou a que a mesma então tivesse entendido que deveria telefonar para as câmaras para falar sobre o assunto e então a justificação, a partir daí, ainda é pior do que aquela que foi pública porque a justificação era que se trata de “um comboio de bêbados” e que se tinha de acabar com isto. Portanto, não só há aqui algum desrespeito da CP perante os seus próprios clientes, na forma como os trata e como os denomina, e se ainda assim fosse, pensa que esse terá sido justamente o objectivo da implementação deste horário especial para evitar que haja pessoas alcoolizadas a conduzir viaturas nas estradas. Ora tratando-se ainda para mais das duas linhas rentáveis dentro da CP -portanto uma empresa pública, com um serviço público- não pode esta vir com justificações desta natureza e querendo nestas linhas ficar só com o lucro e não ficar com eventualmente alguns dos serviços que presta que não tenha resultados positivos como sucederia nestes horários que eles dizem que tinham uma utilização de apenas 20% e por essa razão as câmaras envolvidas não deixaram de protestar e foi enviada uma carta ao Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, com um pedido de audiência aos presidentes das câmaras para procurar resolver esta situação. Acrescentava ainda também que, no caso de Cascais, porque embora tenha sido anunciado até pelo Sr. Secretário de Estado com muita ênfase, o Governo decidiu desistir de fazer a Variante à 249, que é uma via muito importante para Cascais, para Oeiras e para Sintra e, mais do que isso, é uma via que, na sua perspectiva, permitiria desenvolver uma requalificação da freguesia de S. Domingos de Rana que hoje em dia sofre grandes constrangimentos pelo seu sistema viário. Ora isto leva a que Cascais também tenha interesse em falar com o Sr. Ministro, até porque já em conversa com o Sr. Presidente da Câmara de Oeiras há pelo menos uma disponibilidade da Câmara de Cascais e da Câmara de Oeiras de analisarem junto das Estradas de Portugal da possibilidade destas duas autarquias se substituírem em parte ao próprio Estado, dada a importância estratégica que esta via tem para os dois municípios. Sobre os apoios sociais aos trabalhadores, a informação que dispõe é que a suspensão desses apoios se deveu a uma imposição legal e por ser esse o entendimento do próprio Tribunal de Contas e da Direcção-Geral de Finanças, apoio esse que era dado através do CCD. A informação que tem é que

não foi a única Câmara a suspender esses apoios, mas se o Sr. Vereador tiver a informação e a fundamentação da manutenção desse apoio por parte de outras câmaras, agradecia que lhe fizesse chegar, porque a intenção política deste executivo é de não reduzir os apoios sociais concedidos aos trabalhadores, tanto mais que era uma câmara que era reconhecida exactamente por ter um complemento de apoios sociais muito superior a qualquer outra câmara. Portanto é um activo que esta Câmara tem e que não gostaria de perder e só o perderá por via das restrições legais que são impostas. Tem acompanhado esta situação junto da Sr.ª Vereadora Conceição Cordeiro e a forma de a ultrapassar, e encontrou-se uma forma mas que neste momento depende dos próprios trabalhadores e da sua organização, porque a lei permite que a Câmara apoie num montante em função dos trabalhadores que sejam sócios do clube, vezes uma percentagem do seu vencimento. Ou seja, o subsídio é num valor de xis por cada funcionário que esteja inscrito no clube e portanto, quantos mais funcionários tiverem inscritos, maior será o valor do subsídio e nesse sentido o CCD está a fazer esse trabalho de sensibilização dos sócios. Dito isto, gostaria de reafirmar politicamente o seguinte e que ainda para mais tem a concordância unânime desta Câmara: Politicamente não está em causa o apoio social, o que está em causa é encontrar-se um mecanismo legal para o poder fazer e nesse sentido todo aquele que se puder fazer, recuperaremos aquilo que não foi feito até agora. Por outro lado, também tem a noção que há problemas dentro do próprio clube, mas que têm de ser os próprios trabalhadores a resolvê-los. Portanto não há nenhuma questão de ordem política, não há nenhuma intenção de retirar apoios sociais, há aqui é que ultrapassar estes problemas e, se calhar, de alguma forma eles tinham sempre de ser ultrapassados porque são situações que não estavam a decorrer da melhor das formas. Sobre a Boa Nova diria que tem muita dificuldade em reagir quando alguém se tenta aproveitar de situações de grande fragilidade social para daí tirar benefícios políticos e não é o caso da CDU, só para clarificar, mas é manifestamente o último movimento, quer do Bloco de Esquerda, e terá na próxima Assembleia Municipal oportunidade de o referir, quer de alguns movimentos que se dizem representativos dos bairros de Cascais e que convocam concentrações para a Estação de Comboios dos Cais do Sodré, o que desde logo revela que não serão propriamente pessoas de Cascais a participar nessa manifestação. Teve oportunidade de participar no programa da Antena 1 sobre esta matéria -de resto até desaconselhado por alguns colegas seus- e fê-lo porque entende que se deve colocar um ponto final nisto que é instigado por alguém que não tem qualquer tipo de razão, e o que sugere e vai pedir é que, mais do que analisar as quotas, a Sr.ª Vereadora Mariana Ribeiro organize uma apresentação no local, junto das instalações da Boa Nova, para que aí todos possam ser elucidados sobre o trabalho extraordinário que lá está a ser feito, num investimento de catorze milhões de Euro que veio substituir um bairro onde as pessoas viviam em condições infra-humanas e que neste momento permite fornecer não só o apoio de

creche, como também tem Banco Alimentar, apoio domiciliário, enfim, um conjunto de apoios sociais que estão neste momento a ser dados às pessoas que ali residem e agora aparece um senhor a questionar tudo isso, pessoa que não vive no bairro, que faz a sua vida a visitar as comunidades no estrangeiro, incentivando-as a tomar este tipo de posições e a fazer este tipo de reclamações, faz inclusivamente pessoas deslocarem-se à Junta de Freguesia do Estoril para irem reclamar e quando lhes é perguntado porque é que reclamam eles dizem que não sabem, foram ali porque aquele senhor mandou-as ir lá reclamar. E nesse sentido a Câmara deve tomar uma posição muito firme, porque isto tudo é fruto do fomento de coesão social e o que está aqui a passar-se, na sua perspectiva, é de uma profunda ingratidão por parte de algumas pessoas em relação àquilo que o Estado e, ao fim, e ao cabo, os contribuintes em geral deram para melhorar as condições de vida das pessoas que ali viviam. Agora com este tipo de atitudes por parte de algumas pessoas pode vir inclusivamente a acontecer que haja outros a quem não foi ainda possível chegar com este tipo de apoio, que se possam revoltar e inclusivamente até por quem o teve. Há pessoas que acham que fica bem este tipo de reacções de ter pena do "coitadinho" mas na sua opinião a Câmara nestes casos deve ter uma resposta muito clara e directa: somos solidários com as pessoas que vivem com dificuldades, apoiamos na tentativa de minimizar os seus problemas mas, ao mesmo tempo, devemos ser rigorosos e exigentes nestas matérias e neste caso em concreto algumas forças políticas estão a tentar, nomeadamente o Bloco de Esquerda, fazer demagogia com a pobreza dos outros, com a ignorância dos outros, com a incapacidade de afirmação de cidadania que algumas pessoas têm, e isso é algo com o qual não se deve pactuar e nesse sentido importa reagir de imediato e de forma muito firme. Depois quando se critica que na creche estão crianças apoiadas e crianças que são das melhores famílias do Estoril e obviamente não são apoiadas, na sua perspectiva isso é o que de melhor se pode fazer, porque é isso que permite a melhor integração social, evitando situações de guetos sociais que é aquilo que não se deve promover, seja aqui seja em qualquer parte do mundo e não perceber e defender isto é preocupante. Mas quanto a estas reacções este executivo não deixará de estar na primeira linha do combate até porque não é com este tipo de demagogia que o país se irá desenvolver. Sobre a questão do IVA nas rendas sociais, essa situação decorre de uma interpretação errada da Direcção-Geral de Finanças que no caso de Lisboa, por exemplo, já levou à suspensão desta medida e por via dessa suspensão em Lisboa está a levar à suspensão nos outros locais e está a ser reanalisada no Ministério das Finanças a aplicabilidade, ou não, dessa interpretação que não decorre de qualquer lei. Em relação às questões suscitadas pelo Sr. Vereador Alípio Magalhães sobre a Bandeira Azul, o que mudou foram os critérios. O que Cascais sempre se colocou contra foi que os critérios que estavam previstos para a atribuição da Bandeira Azul levavam a que o Concelho de Cascais perdesse competitividade em relação a outros concelhos. Ou seja, no dia em que arreasse uma

bandeira por questões que não estavam, por um lado, suficientemente consubstanciadas, e portanto estávamos na mão de uma técnica que, subjectivamente, poderia considerar que determinado acontecimento levava a tirar a bandeira e como todos sabem, no dia em que uma bandeira é retirada, os noticiários desse dia abrem todos com grandes parangonas a dizer que se perdeu na praia tal a Bandeira Azul. Por outro lado, porque não havia uma adequação nos critérios da Bandeira Azul àquilo que é a própria realidade no terreno. O que é que foi então alterado, em termos práticos, do ano passado para este ano? Em primeiro lugar todas as praias têm perfis de praia, ou seja, todas as praias estão identificadas sobre quais são os usos e as funções que cada praia tem que fornecer, coisa que não estava ainda estabilizado e, de resto, ainda não está neste momento porque foram aprovados em reunião de Câmara em Dezembro esses perfis de praia, e a ARH Tejo tem até ao fim deste mês para os aprovar, o que ainda não sucedeu, mas nada o indica que não o venha a fazer, até porque existem boas relações com essa entidade. A outra situação é que, sempre que houver um grau elevado de pluviosidade, ou seja sempre que houver um dia que chova muito e que por via da ocorrência dessa chuva se arrastem terras, mesmo que sejam terras que não tenham nenhuma contaminação de saneamento, mas que obviamente vão implicar numa alteração das condições da água do mar, nesse dia a Câmara Municipal de Cascais pode baixar a Bandeira Azul, obviamente que concomitantemente avisando as pessoas que, naquele dia, não é recomendável banhos de mar. Ora se houver análises feitas nesses dias em que a bandeira está arriada, essas análises não contam para efeitos de manutenção, ou não, da Bandeira Azul. Portanto a posição que Cascais assumiu ano passado foi bem assumida e beneficia e muito Cascais e neste caso não só Cascais, porque passa a ser uma metodologia seguida em todas as praias do país que tinham exactamente este tipo de problemas, mas que permite, até por via de todo o esforço de investimento que tem vindo a ser feito a nível de erradicação de focos de contaminação das águas das ribeiras, que haja a expectativa que se passe de uma situação em que anteriormente haviam 5-6 Bandeiras Azuis para 12 Bandeiras Azuis por via também dessas obras que a Câmara está a fazer e que o Sr. Vereador falou, e portanto não tem nada a ver com aquilo que era ou não reivindicado pela Juventude Socialista. Portanto há 5 praias que nunca tinham tido Bandeiras Azuis e há a expectativa que este ano, pela primeira vez, venham a ter Bandeira Azul. Mas em parte, mas não é toda a justificação, decorre de se assumir um conjunto de investimentos que foram já realizados em anos anteriores que acabaram com focos de poluição nas praias. Por sua vez o que se está a fazer este ano é algo que, no caso da baixa de Cascais, já devia ter sido feito há 30 ou 40 anos atrás, que é separar o sistema de saneamento do sistema de pluviais que foi uma obra sempre adiada no tempo, até porque é uma obra que nenhum político gosta de lançar porque é uma obra que não se vê, está no subsolo, e quando se vê é só para criar transtornos às pessoas, mas de facto é fundamental para Cascais, não só para separar a rede unitária, que

não é próprio de um concelho que se quer de primeira linha, mas também por outra razão: é que no caso em concreto de Cascais reduz e mitiga muito o risco de cheias na baixa de Cascais. Portanto, todo aquele trabalho que tem vindo a ser feito, quer ao longo das ribeiras, quer de retenção de águas, quer de análise e de intervenção nos pluviais, separando a parte de saneamento, esse sim está a concorrer também para supressão destes dois riscos. Em relação à situação que se está a passar no Japão, é certo que Portugal não está livre de vir a sofrer de terramoto e um maremoto decorrente desse mesmo terramoto. Agora está livre, de uma vez por todas, de vir a sofrer as consequências advenientes de um acidente nuclear, apesar de haver a consciência que há riscos com origem nas centrais nucleares de outros países. De facto há riscos que não valem a pena correr e esses riscos são os riscos nucleares e este exemplo do Japão certamente que vai acabar de uma vez por todas, e bem, com a discussão se o país deve evoluir ou não para o nuclear. Pessoalmente não é favorável à energia nuclear por estas razões e que agora estão à vista de todos. Sendo certo também que tem a consciência de que Portugal não evoluindo para o nuclear não deixa de estar, como disse, sempre exposto aos riscos provenientes das centrais nucleares dos outros países. É que, por exemplo, a França tem 57 centrais nucleares e observando como está a evoluir este acidente nas centrais japonesas e da extensão que ela já cobre, facilmente se concluirá que Portugal não está livre de sofrer as consequências de um acidente que possa ocorrer numa central nuclear europeia, isto para não falar já nas espanholas. Portanto e apesar de toda a dor e toda a perda de vidas humanas que o povo japonês está a sofrer, pelo menos que este exemplo sirva para que o mundo tenha a consciência que não é pela opção nuclear que resolverá os seus problemas energéticos, porque todos os benefícios que possam haver de energia, têm associados um conjunto muito elevado de riscos e por muito pequenos que sejam esses riscos não se justifica corrê-los.

A SR.^a VEREADORA MARIANA RIBEIRO FERREIRA tomou a palavra para esclarecer a questão colocada pelo Sr. Vereador Alípio Magalhães acerca do apoio às famílias carenciadas. A entrada em vigor dessas medidas de apoio às famílias carenciadas a nível do pagamento dos consumos de água faz um ano agora em Abril. A Câmara já recebeu alguns dados de avaliação desse protocolo assinado com as Águas de Cascais, mas não são ainda finais e espera recebê-los ainda esta semana. De qualquer modo, está já a ser preparada uma alteração a esse protocolo, porque os dados já recolhidos permitem concluir que ainda há margem para haver apoios mais abrangentes para as famílias carenciadas e nesse sentido espera, durante o mês de Abril, apresentar uma proposta em reunião de Câmara. A propósito da Boa Nova naturalmente que a Câmara é sensível às necessidades das famílias no que diz respeito a lugares de creche e tem-se a noção que são necessários mais lugares de creche no Concelho e nesse sentido ainda este ano vão ser inauguradas mais quatro creches, o que permitirá aumentar substancialmente a taxa de cobertura dos lugares de creche no Concelho.

O que não se pode admitir é que haja aproveitamento político das ansiedades desta família e que alguém se aproveite delas para fazer política com isso. O argumento dessas pessoas que fazem aproveitamento político está completamente errado, porque nas políticas de combate à pobreza e de inclusão social tem de se nivelar por cima e tem de se querer exactamente a mesma qualidade para os que têm mais e para os que têm menos e é essa a política que tem vindo a ser seguida pela Câmara e que vai ser prosseguida, apesar de todas as críticas e apesar de toda a demagogia e aproveitamento político que se vem verificando.

O Período de Antes da Ordem do Dia terminou às 10:15

- PONTOS PRÉVIOS:

a)- REALOJAMENTO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES NOS 60 FOGOS DO BAIRRO DA CRUZ VERMELHA, DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS.

A SR.^a VEREADORA MARIANA RIBEIRO FERREIRA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

b)- "PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO LARGO DA ESTAÇÃO, CEDIDO EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE AO CONSÓRCIO PARQUES DA ESTAÇÃO-EMPREENHIMENTOS E EXPLORAÇÃO DE ESTACIONAMENTOS, SA - ACTUALIZAÇÃO DE TARIFAS".

O SR. VEREADOR NUNO PITEIRA LOPES apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 1 voto contra do Sr. Vereador da CDU e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

c)- ACORDO DE CEDÊNCIA A CELEBRAR COM A AGISESTORIL.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

3. DESPACHOS, NOTAS DE SERVIÇO:

3.1. DESPACHOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento:

4. DIRECÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL:

4.1. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA:

4.1.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL E CONSOLIDADA DE 2010.

*Aprovado com 3 abstenções dos
Srs. Vereadores do PS.*

4.2. PLANO E ORÇAMENTO:

4.2.1. 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2011-2014 E 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO 2011.

*Aprovado com 2 abstenções dos Srs.
Vereadores Leonor Cortiêdo e Alípio Fajalães
do PS, não estando presentes na sala os Srs.
Vereadores Miguel Luz, Alexandre Faria e João
Saúde e Castro.*

4.3. APROVISIONAMENTO:

4.3.1. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DA VISÃO E MODELO CONCEPTUAL PARA O CENTRO DE MAR DE CASCAIS – PROCESSO Nº C-2033/2010.

*Aprovado com 3 abstenções dos
Srs. Vereadores do PS.*

4.4. CONTROLO FINANCEIRO:

4.4.1. CONTRATO DE CONCESSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRECTOR DE ESTACIONAMENTO À SUPERFÍCIE DO FORNECIMENTO DO RESPECTIVO SISTEMA DE GESTÃO E CONCESSÃO DA SUA EXPLORAÇÃO NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE CASCAIS – ACTUALIZAÇÃO DE TARIFAS.

*Apurado por maioria com 1 voto entre
do Sr. Vereador Pedro Mendes da Silva e
3 abstenções do Sr. Vereador do PS.*

4.4.2. ACEITAÇÃO DE DONATIVO ATRIBUÍDO PELA SR.ª PATRÍCIA WESTHEIMER, DESTINADO À REALIZAÇÃO DE INICIATIVAS NA ÁREA AMBIENTAL.

Apurado por unanimidade.

4.5. TRANSFERÊNCIA PARA A JUNTA DE FREGUESIA:

4.5.1. JUNTA DE FREGUESIA DA PAREDE – TRANSFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA - € 149.600,00.

*Apurado com 3 abstenções do
Sr. Vereador do PS.*

5. URBANISMO:

5.1. PROCESSO: SPO 11749/2010 - LOCAL: ALCABIDECHE - NOME: CAESAR PARK HOTEL DE PORTUGAL, S.A - ASSUNTO: RECURSO HIERÁRQUICO.

Apurado por unanimidade.

5.2. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE COMPENSAÇÃO.

Aprovado por unanimidade.

6. OBRAS MUNICIPAIS:

6.1. REQUALIFICAÇÃO PAISAGISTA DA QUINTA DOS GAFANHOTOS EM CARCAVELOS – OBRA Nº 2.11.11.01.

Aprovado por unanimidade.

7. JUVENTUDE E CONHECIMENTO:

7.1. MOBILIDADE JUVENIL -FUNDAÇÃO “O SÉCULO” - AO SERVIÇO DA INFÂNCIA DESPROTEGIDA - PARA CUMPRIMENTO DO PROTOCOLO - € 20.000,00.

Aprovado por unanimidade.

7.2. PROGRAMA OCUPAÇÃO DE JOVENS – PROJECTO DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-TERRITORIAL - PAGAMENTO A PARTICIPANTES - € 9.600,00.

Aprovado por unanimidade.

7.3. PROGRAMA OCUPAÇÃO DE JOVENS – PROJECTO DAE – “CONSUMIDOR DE CASCAIS SABE MAIS” - PAGAMENTO A PARTICIPANTES - € 3.840,00.

Aprovado por unanimidade.

7.4. PROGRAMA OCUPAÇÃO DE JOVENS – PROJECTO GERAÇÃO C – ANIMAÇÃO - PAGAMENTO A PARTICIPANTE - € 2.400,00.

Aprovado por unanimidade.

7.5. APOIO A ACTIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES JUVENIS - ASSOCIAÇÃO JUVENIL DA LINHA DE CASCAIS - ROTA JOVEM - APOIO ÀS ACTIVIDADES - € 1.645,00.

Aprovado por unanimidade.

7.6. PROGRAMA MARÉ VIVA 2011 – EQUIPA DE COORDENAÇÃO - PARECER PRÉVIO PARA CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE TAREFA.

*Aprovado em 3 assistências em
sus. Vereadores do PS.*

7.7. PROGRAMA MARÉ VIVA 2011 – SELECÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FORMAÇÃO - PARECER PRÉVIO PARA CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE TAREFA.

*Aprovado em 3 assistências em
Sus. Vereadores do PS.*

8. GESTÃO DE PESSOAL:

8.1. NOVOS HORÁRIOS A PRATICAR NO DEPARTAMENTO DE CULTURA

Retirado

8.2. ARTIGO 22.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2011 –
CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – PORTARIA N.º 4-A/2011, DE 3
DE JANEIRO.

Aprovado por unanimidade.

8.3. BALANÇO SOCIAL.

*Aprovado em 4 assenteses, sendo
3 do Sr. Vereador do PS e 1 do Sr. Vereador
Pedro Fernandes da CDU.*

9. CULTURA

9.1. ASSOCIAÇÃO 31 DE JANEIRO – ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA EDIÇÃO
DO LIVRO “ESCOLA 31 DE JANEIRO, CEM ANOS DE INSTRUÇÃO,
EDUCAÇÃO E PROGRESSO” – 1911-2011” - € 7.162,16.

Aprovado por unanimidade.

9.2. INSTITUTO DE CULTURA E ESTUDOS SOCIAIS – ATRIBUIÇÃO DE
APOIO PARA A REALIZAÇÃO DOS XVIII CURSOS INTERNACIONAIS DE
VERÃO DE CASCAIS - € 47 500.00.

Aprovado por unanimidade.

9.3. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – MIRIAM ASSOR – LIVRO ACERCA DE CHIL
BERG GOLDFRB – SOBREVIVENTE DO HOLOCAUSTO RESIDENTE EM
PORTUGAL.

Retirado.

9.4. CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DO FESTIVAL IDENTIFICARTES.

Retirado

10. EDUCAÇÃO:

10.1. ADJUDICAÇÃO DE AJUSTE DIRECTO DESTINADO À EXECUÇÃO DA EMPREITADA “EXECUÇÃO DE ENSOLEIRAMENTO GERAL PARA A ESCOLA EB 1 DO MONTE ESTORIL” – DEIE – OBRA Nº 1/2011 - € 158.633,21.

*Aprovado em 3 alterações
do Sr. Vereador do PS.*

10.2. AUXÍLIOS ECONÓMICOS/MANUAIS ESCOLARES PARA O 1º CICLO – ATRIBUIÇÃO DE VERBA AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CASCAIS – ACERTO DE CONTAS 2009/2010 - € 4.583,83.

Aprovado por unanimidade

10.3. PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O 1º. CICLO DO ENSINO BÁSICO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS ENTIDADES PARCEIRAS E DESCENTRALIZAÇÃO DE VERBA ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – 3ª. TRANCHE - € 542.524,81.

Aprovado por unanimidade.

10.4. DESCENTRALIZAÇÃO DE VERBAS PARA AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS: EXPEDIENTE E LIMPEZA, GESTÃO ADMINISTRATIVA, MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS AJARDINADOS, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PEQUENAS REPARAÇÕES E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES, ÁGUA, ELECTRICIDADE, TELECOMUNICAÇÕES E GÁS - € 427.719,60.

Aprovado por unanimidade.

11. DESPORTO:

11.1. ESCOLA DE ACTIVIDADES NÁUTICAS DE CASCAIS - APOIO À ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE VELA E WINDSURF - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO CLUBE NAVAL DE CASCAIS - € 2.900,00.

Aprovado por unanimidade.

11.2. DESPORTO NA ESCOLA - PROGRAMA MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO AO MEIO AQUÁTICO - "NADAR A BRINCAR" - ATRIBUIÇÃO DE APOIO A DIVERSAS ENTIDADES - € 35.820,00.

Aprovado por unanimidade.

12. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-TERRITORIAL:

12.1. TRANSMISSÃO DA TITULARIDADE DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO SITO NO BAIRRO DE TRAJOUCE, RUA SABINO LUIS PEDROSA, LOTE 4 2º ESQ. PARA FILOMENA SANTOS.

Aprovado por unanimidade.

12.2. TRANSMISSÃO DA TITULARIDADE DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO E TRANSFERÊNCIA PARA O FOGO SITO NO BAIRRO DA CRUZ DA GUIA, RUA DAS NAUS, Nº 121, 1º B PARA ADRIANO ULOMBÉ CASSIÇA.

Apurado por unanimidade.

12.3. TRANSMISSÃO DA TITULARIDADE DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO SITO NO BAIRRO DE ALCOITÃO, RUA VASCO SANTANA, Nº 39-R/C DRT., PARA MARIA DE FÁTIMA GOMES.

Apurado por unanimidade.

12.4. ALTERAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2010 RELATIVA A “ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO A DIVERSAS ORGANIZAÇÕES, NO ÂMBITO DO PROGRAMA «CASCAIS EM FÉRIAS», PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE CAMPOS DE FÉRIAS ONDE PARTICIPAM CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SÓCIO-ECÓNOMICA” - € 41.169,95.

Apurado por unanimidade.

13. ASSUNTOS JURÍDICOS:

13.1. PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADO AO TRABALHADOR JOSÉ JOÃO MENDES GARCIA EXERCENDO FUNÇÕES PÚBLICAS EM REGIME DE CEDÊNCIA POR INTERESSE PÚBLICO NA ADC – ÁGUAS DE CASCAIS, S.A. – APLICAÇÃO DE PENA DISCIPLINAR – PARECER PRÉVIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS.

*Efectuado esentimamente secreto, a primeira a rejeitar a proposta;
Apurado em 8 votos a favor e 3 abstenções*

14. PROTECÇÃO CIVIL:

14.1. ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS E DIPLOMAS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CARCAVELOS E S. DOMINGOS DE RANA, POR COMPORTAMENTO EXEMPLAR.

Aprovado por unanimidade.

14.2. REGULAMENTO MUNICIPAL DE USO DO FOGO, QUEIMADAS, QUEIMAS, FOGUEIRAS E UTILIZAÇÃO DE ARTEFACTOS PIROTÉCNICOS.

Aprovado por unanimidade.

14.3. VISTORIAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS – 1ª. CATEGORIA DE RISCO.

Aprovado por unanimidade.

15. DIVERSOS:

15.1. CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A ESUC - EMPRESA DE SERVIÇOS URBANOS DE CASCAIS, E.M., S.A., RELATIVO ÀS OBRAS DE CONSERVAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DAS MARGENS E LEITO DA RIBEIRA DAS VINHAS (TROÇO COM CERCA DE 450 METROS MEDIDOS DO PONTO DE ENTRADA DA GALERIA NO SENTIDO NORTE) E MELHORAMENTOS NA RUA DOS OITAVOS.

*Aprovado em 3 abstenções de
Srs. Vereadores do PS,*

15.2. CEDÊNCIA DE VIATURA À ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS DE SANTA IRIA (MURCHES).

Aprovado por unanimidade.

15.3. CONVERSÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PDM – CASCAIS EM COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO.

Aprovado por unanimidade.

15.4. PROJECTO DE REGULAMENTO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAIS.

Aprovado por unanimidade.

15.5. ACÇÃO EUROPEIA SOBRE A DROGA - EAD- DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 48/2011.

Aprovado por unanimidade.

16. INFORMAÇÕES:

16.1. COMUNICADOS DE IMPRENSA.

A Câmara Municipal tem em anexo.

16.2. RELATÓRIO DO PROJECTO DE COOPERAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À CIDADE DE SANTANA, DISTRITO DE CANTAGALO, EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

16.3. PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS NO PROJECTO – REDES PARA O DESENVOLVIMENTO: DA GEMINAÇÃO A UMA COOPERAÇÃO MAIS EFICIENTE.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

16.4. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJECTO "ACADEMIA MÓVEL" – 2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

16.5. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJECTO "CASCAIS EM FÉRIAS" – 2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

16.6. PROGRAMA CULTURAL – ABRIL 2011.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

16.7. INTEGRAÇÃO DE TRÊS MUSEUS MUNICIPAIS DE CASCAIS NA REDE PORTUGUESA DE MUSEUS/IMC/MC.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

16.8. RELATÓRIO MENSAL CIDADELA DE CASCAIS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

16.9. AGENDA DESPORTIVA PARA O MÊS DE ABRIL DE 2011.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

16.10. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2010 DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

16.11. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – FEVEREIRO 2011.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Início 11:13

1- OTÍLIA SILVA ANJOS.

Moradora na Rua das Romeiras, Abóboda.

Reclamou do mau estado em que se encontra o pavimento da Rua das Romeiras, Abóboda. Reside nessa rua há cerca de 50 anos e a estrada nunca esteve em tão mau estado a que não será estranho o facto desta rua ter passado a ter uma circulação muito mais intensa por via de ser o melhor acesso ao Bairro 25 de Abril, pelo que o pavimento se degrada com maior rapidez. Já procurou obter informações junto dos serviços, também junto da presidência da Câmara, mas sem sucesso, razão porque recorreu agora a reunião pública de Câmara.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA informou que a obra de pavimentação da zona urbana da Rua das Romeiras está programada para se iniciar no mês de Abril.

2- MARIA DE FÁTIMA MENDES SOARES.

Não compareceu.

3- TREVODIAMANTE, Ld^ª., representada pelo advogado Dr. Vasco Noronha.

Morador na Rua Amália Rodrigues – Alcabideche.

A razão porque se apresentava nesta reunião tem a ver com Processo DGU 8588/02, referente a um projecto de arquitectura que tinha sido objecto de deferimento em 2009 pelo arqtº João Dantas e que apenas necessitava do despacho do arqtº João Tiago para ser presente a aprovação da Câmara. No entanto o arqtº Rui Espírito Santo veio a questionar tal deferimento, alegando como base o RUEM e questões ao abrigo do RGEU. Solicitou aos Serviços que se promovesse uma reunião para esclarecer as razões do indeferimento, mas não conseguiu.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA informou que o processo foi objecto de despacho de indeferimento em 14 de Março de 2011, fundamentado num conjunto de razões técnicas que terá todo o gosto em esclarecer os interessados e nesse sentido irá ser marcada uma reunião com os interessados.

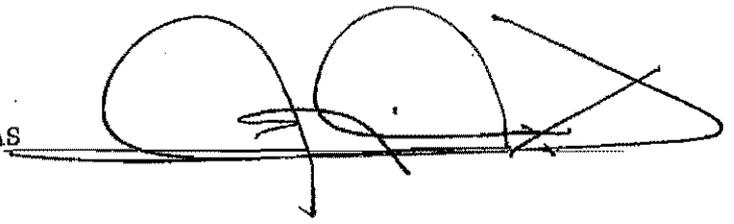
O Período de Intervenção do Público terminou às 11:21

Às 12 horas e 09 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião.

Eu,  a subscrevi.

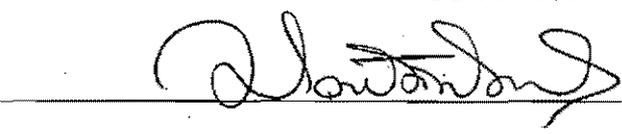
O Presidente

CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS

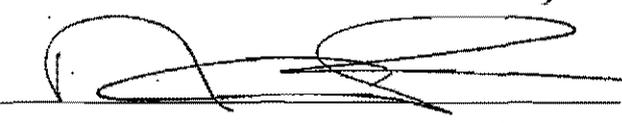


Os Vereadores

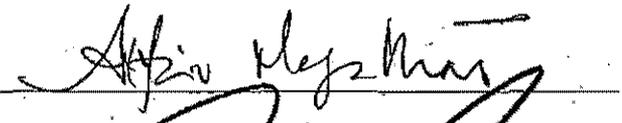
LEONOR COUTINHO PEREIRA DOS SANTOS



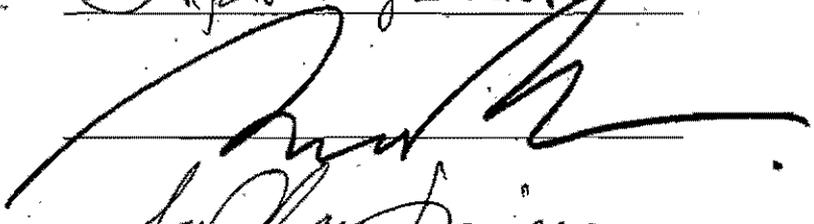
MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA CABRAL



~~ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES~~



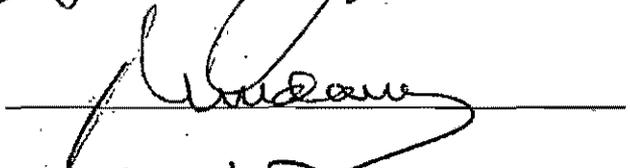
MIGUEL PINTO LUZ



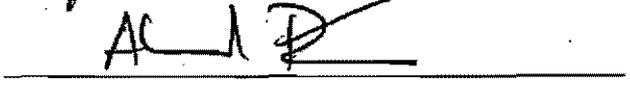
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO



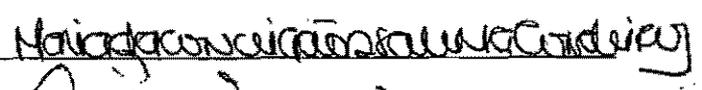
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA



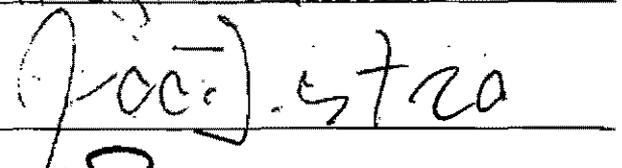
ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA



MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO



JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO



NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES

